



DE 17 A 21 NOVEMBRO DE 2014

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADE AEROPORTUÁRIA

[Portaria n.º 235/2014 - Diário da República n.º 222/2014, Série I de 2014-11-17](#)

Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Economia

Primeira alteração à [Portaria n.º 77-B/2014](#), de 1 de Abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S. A., e nos restantes aeródromos e aeroportos

[Portaria n.º 236/2014 - Diário da República n.º 222/2014, Série I de 2014-11-17](#)

Ministérios da Administração Interna e da Economia

Primeira alteração à [Portaria n.º 83/2014](#), de 11 de Abril, que fixa o valor da distribuição da taxa de segurança pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., às forças e serviços de segurança, nos aeródromos e aeroportos nacionais integrados na Rede ANA, S. A., e noutras entidades gestoras aeroportuárias

ACORDOS COOPERAÇÃO

[Decreto do Presidente da República n.º 106/2014 - Diário da República n.º 224/2014, Série I de 2014-11-19](#)

Presidência da República

Ratifica o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado, na Cidade de São Tomé, em 17 de Junho de 2013

[Resolução da Assembleia da República n.º 97/2014 - Diário da República n.º 224/2014, Série I de 2014-11-19](#)

Assembleia da República

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe no Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob Soberania ou Jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado, na Cidade de São Tomé, em 17 de Junho de 2013

[Aviso n.º 111/2014 - Diário da República n.º 225/2014, Série I de 2014-11-20](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo de Cooperação Turística entre a República Portuguesa e a República Argentina, assinado em Lisboa, em 16 de Novembro de 2001

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 281/XII](#)

Estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de Maio, e os Decretos-Leis n.ºs 608/73, de 14 de Novembro, e 166/93, de 7 de Maio

[Decreto da Assembleia 282/XII](#)

Revê o regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil e procedendo à segunda alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de Agosto

CUSTAS PROCESSUAIS

[Acórdão n.º 678/2014 - Diário da República n.º 223/2014, Série II de 2014-11-1](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 33.º, n.º 2, da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de Abril, na redacção conferida pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de Março, nos termos da qual a reclamação da nota justificativa das custas de parte está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota

FINANCEIRO

[Portaria n.º 973/2014 - Diário da República n.º 223/2014, Série II de 2014-11-18](#)

Ministério das Finanças - Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e da Secretária de Estado do Tesouro

BPN - Extensão de Encargos

[Despacho n.º 14055/2014 - Diário da República n.º 225/2014, Série II de 2014-11-20](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações das instituições financeiras nacionais, ou que legalmente gozem de igualdade de tratamento, enquanto garantes ou mutuários de empréstimos, concedidos ou a conceder, pelo Banco Europeu de Investimento

[Despacho n.º 14056/2014 - Diário da República n.º 225/2014, Série II de 2014-11-20](#)

Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro

Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A., junto da Caixa Económica Montepio Geral para financiamento do programa de investimentos

[Despacho n.º 14101/2014 - Diário da República n.º 226/2014, Série II de 2014-11-21](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações assumidas pela EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projecto EPAL III

[Despacho n.º 14102/2014 - Diário da República n.º 226/2014, Série II de 2014-11-21](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Fixação das condições aplicáveis aos beneficiários da garantia carteira

[Despacho n.º 14103/2014 - Diário da República n.º 226/2014, Série II de 2014-11-21](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela sociedade Mercado Abastecedor da Região de Faro, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento do projecto "Agro Logistics Portugal - Tranche A.1"

[Despacho n.º 14104/2014 - Diário da República n.º 226/2014, Série II de 2014-11-2158958243](#)

Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro

Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela sociedade Mercado Abastecedor da Região de Braga, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento do projecto "Agro Logistics Portugal - Tranche A.2"

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre alterações ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras](#)

[Portugal pioneiro na adesão ao novo sistema de comunicação estatística do FMI](#)

[Indicadores de Conjuntura - Novembro 2014](#)

[Boletim Estatístico - Novembro 2014](#)

[Boletim Oficial n.º 11 / 2014](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Instruções

[24/2014](#) - Determina o envio de informação financeira e contabilística em base individual, prevista no anexo, com uma periodicidade trimestral.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Outubro 2014](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 3/2014-A - Diário da República n.º 224/2014, Série II de 2014-11-19](#)

Instituto de Seguros de Portugal

Norma n.º 3/2014-A, de 30 Outubro - constituição de empresa de seguros do ramo Não Vida Assistência

[Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado](#)

Neste Relatório são apresentadas as principais actividades desenvolvidas pelo ISP na área da regulação e supervisão da conduta de mercado no sector segurador e dos fundos de pensões, as quais são distribuídas por 7 capítulos que abordam os seguintes temas: Actividade regulatória, Entendimentos, Actividade de supervisão, *Enforcement*, Reclamações, Relacionamento com o consumidor e Formação Financeira.

 **FISCAL**

[Declaração n.º 199/2014 - Diário da República n.º 222/2014, Série II de 2014-11-17](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Orçamento

Conta provisória de Janeiro Setembro de 2014

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Mini One Stop Shop - Special VAT scheme for telecommunications services, broadcasting, television and electronically supplied services.](#)

[Guia das boas práticas fiscais para o sector da restauração e similares - Informações genéricas sobre os direitos e obrigações dos contribuintes.](#)

 **PENAL**

[Directiva n.º 5/2014](#) PGR – A delimitação e âmbito de aplicação dos instrumentos hierárquicos do Ministério Público – As Directivas, as Instruções e as Ordens

PRIVACIDADE

[Deliberação n.º 7680/2014 da CNPD](#) - Geolocalização no contexto laboral

CNPD emitiu as suas orientações gerais sobre a utilização de tecnologias de geolocalização no contexto laboral.

Na Deliberação n.º 7680/2014, de 28 de Outubro, a CNPD aprecia o uso de dispositivos de geolocalização instalados em veículos e em dispositivos móveis inteligentes, como os telemóveis ou os computadores portáteis, e estabelece os fins específicos e as condições em que se admite os tratamentos de dados pessoais. Em breve, a CNPD irá disponibilizar um formulário electrónico específico para a notificação deste tipo de tratamentos de dados, permitindo a emissão célere de autorizações

[Manual de Legislação europeia de protecção de dados](#)

A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) e o Conselho da Europa acabaram de publicar a versão em Português do Manual de Legislação Europeia de Protecção de Dados, cuja edição data de Abril de 2014. Este manual, que contou também com a contribuição da secretaria do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, destina-se a apoiar o trabalho dos profissionais de Direito não especializados nesta área, juízes, autoridades nacionais de protecção de dados e outras pessoas que trabalham no campo da protecção de dados, designadamente através das referências bibliográficas e jurisprudenciais.

PROCESSUAL

[Provimento n.º 1/2014 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte](#)

PROGRAMA DE PARCERIAS INTERNACIONAIS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2014 - Diário da República n.º 223/2014, Série I de 2014-11-18](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à [Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013](#), de 21 de Março, no que respeita aos encargos com as quotizações de Portugal para Agência Espacial Europeia relativas ao ano de 2014

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 173/2014 - Diário da República n.º 224/2014, Série I de 2014-11-19](#)

Ministério da Saúde

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 124/2011](#), de 29 de Dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 35/2012](#), de 15 de Fevereiro, que aprova a orgânica da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., e à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 22/2012](#), de 30 de Janeiro, que aprova a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.

TMT

[Projecto de Regulamento do Licenciamento Radioeléctrico em consulta](#)

Consulta lançada pela ANACOM decorre até 08.01.2015.

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 12/2014/M - Diário da República n.º 224/2014, Série I de 2014-11-19](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a alteração do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2014

[Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2014/M - Diário da República n.º 225/2014, Série I de 2014-11-20](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o processo de alienação das acções detidas pela Região Autónoma da Madeira na Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.

[Decreto Legislativo Regional n.º 14/2014/M - Diário da República n.º 226/2014, Série I de 2014-11-21](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M](#), de 31 de Dezembro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2014)

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Regulamento de Execução (UE) n.º 1239/2014 da Comissão, de 19 de novembro de 2014, que altera o Regulamento (UE) n.º 716/2013 que estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à [definição, designação, apresentação, rotulagem e protecção das indicações geográficas das bebidas espirituosas](#)

Decisão do Parlamento Europeu, de 23 de Outubro de 2014, sobre [a quitação pela execução do orçamento do Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas para o exercício de 2012](#)

Resolução do Parlamento Europeu, de 23 de Outubro de 2014, que contém as [observações que constituem parte integrante da decisão sobre a quitação pela execução do orçamento do Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas para o exercício de 2012](#)

Decisão do Parlamento Europeu, de 23 de Outubro de 2014, sobre o [encerramento das contas do Gabinete do Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Electrónicas relativas ao exercício de 2012](#)

Decisão do Banco Central Europeu, de 15 de Outubro de 2014, [relativa à implementação do terceiro programa de compra de obrigações hipotecárias \(covered bonds\) \(BCE/2014/40\)](#)

COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES

Síntese do parecer da Autoridade Europeia para a Protecção de Dados sobre a [proposta da Comissão para uma Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos accionistas a longo prazo e a Diretiva 2013/34/UE no que se refere a determinados elementos da declaração sobre o governo das sociedades](#)

Parecer n.º 6/2014 (apresentado nos termos do artigo 325.º do TFUE) relativo a uma proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 no que diz respeito [à criação de um Controlador das Garantias Processuais](#) (Organismo Europeu de Luta Antifraude)



COMISSÃO EUROPEIA

Consulta pública

[Orientações para o Exame dos Auxílios Estatais no Sector das Pescas e da Aquicultura \(Projecto\)](#)

21.11.2014 – 20.01.2015



PARLAMENTO EUROPEU

[Programa COSME: Estendendo a mão às PMEs europeias](#)

A Comissão Europeia lançou o programa COSME para facilitar o acesso ao financiamento e aos mercados, melhorar a sua competitividade e o espírito empreendedor. Os últimos dados do programa foram apresentados dia 17 Novembro no Parlamento

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Enquadramento nacional dos sistemas de incentivos às empresas, que define as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis no território do continente.
- Revisão do regime contratual de investimento (RCI), um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projectos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E..
- Diploma que transpõe uma directiva da União Europeia relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, no que respeita à poluição sonora.
- Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por Combustível de Bancas, o que permite integrar na legislação portuguesa um regime jurídico que estabeleça as condições de atribuição de uma indemnização justa pelos danos causados pela poluição resultante de fugas ou descargas de bancas provenientes de navios.

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012